Proc. TC-016.532/2005-3
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator

Após manifestação deste Ministério Público, fls. 306, V. Exa. determinou que a unidade técnica promovesse novo exame dos autos. O motivo para tanto foi a necessidade de elucidar questão atinente à caracterização do débito na execução do Convênio 1762/94 pela Prefeitura de Rosário/MA. A unidade técnica afirmara que havia notas fiscais apresentadas na prestação de contas para comprovar as despesas realizadas que não constavam do rol de notas emitidas pelo respectivo fornecedor, consoante informação prestada por órgão de fiscalização da Receita Estadual. Não obstante, a defesa apresentou documentos também oriundos do órgão de fiscalização estadual, fls. 242 e 270, que atestam que as notas fiscais que deram origem ao débito foram emitidas em favor da dita prefeitura.

Em nova instrução, a Secex/MA esclarece que tais documentos não acrescentam fato novo aos autos. Informa que os mencionados documentos, em si, não afirmam que o destinatário das notas em questão foi o Município de Rosário/MA. Diz que os documentos foram produzidos a partir das 1ª ou 3ª vias das notas fiscais emitidas, de posse do destinatário, ou seja, a Prefeitura Municipal de Rosário/MA, e acrescenta que a Receita Estadual pode lançar mão de qualquer via de documento fiscal para efeito de apurar créditos tributários.

Concordo com a unidade técnica. A informação trazida pela defesa não confere maior idoneidade aos documentos questionados na instrução anterior. A Receita Estadual, para auferir seus créditos, pode lançar mão da via da nota fiscal fornecida ao destinatário sem procurar saber se existiu efetivamente o negócio declarado na nota pelo emissor.

A preocupação do Tribunal é de outra ordem. Em face da natureza de consumo dos bens adquiridos, os documentos fiscais relativos ao negócio ganham fundamental importância na comprovação de que o fornecimento foi mesmo realizado. Não podem sobre eles pairar qualquer suspeita, muito menos o fato de não terem originado os respectivos lançamentos fiscais. O vício, nesse caso, equivale à ausência de comprovação de que a despesa foi mesmo realizada.

Ante o exposto, manifesto-me de acordo com a proposta da unidade técnica oferecida às fls. 304/305 e ratificada à fl. 321.

Ministério Público, em 3/2/2011.

LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral